

"Tenho certeza de que o FMI vai aprovar o acordo com o Brasil"

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, deu ontem por encerrado o processo de negociações desenvolvido ao longo de quinze dias com a missão oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI). O chefe da missão, Thomas Reichmann, junto com os demais técnicos, retornou a Washington na noite de segunda-feira, depois de finalizar todo o trabalho de levantamento de estatísticas e de definição das metas a serem cumpridas em organograma trimestral, a partir de julho deste ano. Em setembro, uma nova missão oficial vem ao Brasil para acertar as metas de 1989.

"Tenho certeza de que o 'board' do FMI vai aprovar esse acordo com o Brasil", atestou Ferreira da Nóbrega, acenando com a possibilidade de vir a solicitar daquele organismo o envio de uma notificação formal aos bancos credores, como um referencial à aceleração do processo de coleta de assinaturas dos bancos credores (cerca de setecentas instituições) ao acordo que o Brasil está prestes a selar com o comitê assessor da dívida externa.

"MASSA CRÍTICA"

A tarefa de colher a assinatura dos bancos é trabalhosa: para que os contratos com a comunidade bancária privada tenham efeito, torna-se necessária a adesão de pelo menos 90% dos credores, em termos de participação de valor, constituindo o que se convencionou chamar de "massa crítica". Eventuais resistências poderão ser contornadas mediante um "atestado" do FMI de que os entendimentos com o Brasil estão definidos.

O pronunciamento do "board" do FMI, no entanto, é fundamental para que o País dê início às conversações em torno da reestruturação da dívida que tem junto a governos credores e que são negociadas no âmbito do Clube de Paris. O ministro da Fazenda deixou claro ontem que o Brasil voltará a negociar a nível daquele fórum só depois do acordo ter sido formalmente referendado pela diretoria do Fundo, o que deverá ocorrer em fins de julho ou início de agosto.

Dentro de duas semanas, o Conselho Monetário Nacional (CMN) deve realizar uma reunião extraordinária para a apresentação dos termos negociados com o FMI e, também, conforme adiantou o ministro, para discutir a política monetária. Essa reunião fora do programado vai ocorrer a pedido de dois conselheiros da iniciativa privada: do presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antonio de Oliveira Santos, e do presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen. O governo vai também aproveitar a oportunidade para apresentar uma versão mais detalhada, por metas e valores, do programa econômico que foi submetido pelo presidente José Sarney aos governadores e que funciona como base para o acordo com o FMI.

PATAMAR INERCIAL

"A expectativa de inflação para este ano, implícita nas metas, é de 600%, mas o programa trabalha para que seja menor do que isto", indicou o ministro da Fazenda. Na verdade, o que se fez foi projetar para os próximos meses o mesmo nível de inflação mensal que tem oscilado entre 17 e 18%, partindo-se da hipótese de que este é o patamar inercial. Se as metas já definidas para os agregados monetários (emissão primária de moeda e meios de pagamento) efetivamente se mantiverem no teto máximo de variação de 375%, no ano, isso representaria para o governo um alívio, no sentido de que a política monetária não estaria sancionando patamar de inflação mais elevado.



Mailson Ferreira da Nóbrega

A política monetária é, de todos os aspectos do programa econômico do governo, o que ainda carece de medidas complementares para ajustá-la ao seu papel de controlador da liquidez do sistema financeiro.

No que diz respeito ao déficit público, o acordo com o FMI na verdade já havia sido fechado antes da vinda da missão oficial ao Brasil. Aquele organismo, conforme observou Nóbrega, já aceitou a meta de déficit operacional (descontadas as correções monetária e cambial) de 4% do PIB neste ano e de 2% do PIB no ano que vem. Nesse campo, está pendente a discussão de uma metodologia para base de cálculo da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), conceito usado pelo FMI para medir o déficit público pelo lado do financiamento necessário para cobrir deficiências entre receitas e despesas. Esta nova base de cálculo, para ser definida na posição de 31 de dezembro passado, está na dependência da consolidação das contas do Banco Central (BC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

APERFEIÇOAMENTO

"Não há desencontro de contas, apenas precisamos recheçar todos os dados em trabalho braçal, que vai trazer de volta ao País dois técnicos da missão do FMI", adiantou Nóbrega, lembrando que nos últimos 23 anos o BC desempenhou funções típicas do Tesouro Nacional.

O levantamento de todas as informações, para que se "limpe" de vez a autoridade monetária das contas fiscais, é, segundo o ministro, o novo passo que se dá no aperfeiçoamento das finanças públicas do País. "O déficit público passará a ser medido, exclusivamente, pelo lado do financiamento", disse ele.

Na última reunião do CMN, foi aprovado o esquema de liquidação dos débitos do Tesouro Nacional com o BC, mediante emissão especial de Letra do Tesouro Nacional (LTN), com vencimento entre 1989 e 2007. O valor das operações realizadas pelo BC, passíveis de transferência para o Tesouro Nacional (a partir da unificação orçamentária) até 31 de dezembro do ano passado, está calculado em CZ\$ 2,679 trilhões e será liquidado com dação em pagamento de 5,122 bilhões de LTN, cujo valor nominal é o mesmo da OTN fixado para dezembro passado (CZ\$ 522,99 para cada OTN). O esquema prevê a possibilidade de resgate antecipado, com a compensação de resultados positivos do BC.

O programa acertado com o FMI estima que haverá, no final deste ano, uma expansão real de 5% do estoque da dívida mobiliária pública federal, em poder do público, sobre o saldo de dezembro do ano passado. O acordo com o FMI terá duração de deztoito meses (de 1º de julho deste ano, a 31 de dezembro de 1989), vai envolver um financiamento de 1,1 bilhão de Direitos Especiais de Saque (DES) — hoje, isto representa cerca de US\$ 1,5 bilhão — para todo o período, com desembolsos trimestrais, atrelados ao cumprimento das metas fixadas em memorando técnico.